

A. I. Nº - 301589.0246/02-0
AUTUADO - VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S.A.
AUTUANTE - RAUL DA COSTA VITÓRIA NETO
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 12.03.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0049-01/03

EMENTA: ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EMPRESA TRANSPORTADORA. MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTOS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A ação fiscal foi efetuada no posto fiscal do aeroporto de Salvador. As mercadorias estavam desacompanhadas de documentação fiscal. Mercadorias em trânsito desacompanhadas de documentos fiscais consideram-se postas em circulação neste Estado. A lei, nesta situação, atribui ao transportador a responsabilidade pelo imposto, por solidariedade. Está caracterizada a infração. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 20/8/02, acusa a circulação de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal. ICMS lançado: R\$ 201,27. Multa: 100%.

O autuado apresentou defesa alegando ser o transportador dos bens objeto da apreensão pelo fisco. Diz que costuma exigir de seus clientes toda a documentação exigida pela legislação, a fim de averiguar, pelo menos até onde lhe é possível, se os documentos fiscais estão preenchidos corretamente. Considera ilegal a multa aplicada neste caso, pois a pena só pode ser aplicada ao contribuinte que tiver deixado de observar alguma exigência imposta por lei. Argumenta que, na situação em exame, se houve o descumprimento de alguma exigência fiscal, tal cometimento não lhe pode ser atribuído, pois seu papel é de mero transportador dos bens. Conclui dizendo não haver causa legítima ou legal para a exigência em questão, que considera um confisco tributário. A seu ver, não houve prejuízo para o fisco, pois o destinatário dos bens não está obrigado ao pagamento desse imposto. Pede que a pena seja relevada, ou que se cancele o Auto de Infração.

O fiscal autuante, ao prestar a informação (por ele intitulada de “defesa”), considera que as alegações do autuado não podem ser levadas em conta, haja vista que a transportadora é “responsável solidária pelo transporte das mercadorias” (*sic*). Observa não ser verdade o que alega o autuado, ao dizer que, na condição de transportador, exige a Nota Fiscal para prestar o serviço, pois no caso em exame as mercadorias não estavam acompanhadas de documento fiscal. Quanto à multa, acentua que esta é prevista em lei. Opina pela manutenção do procedimento.

VOTO

Atribui-se nestes autos a responsabilidade solidária ao autuado, haja vista que este, na condição de transportador, se encontrava de posse de bens pertencentes a terceiro desacompanhados de documento fiscal.

Os bens em geral, quando não considerados mercadorias, não precisam de documentos fiscais para circular. Quando, porém, a sua circulação decorre de atos de comércio, é necessário que se faça acompanhar do documento relativo à respectiva operação. No caso em questão, a quantidade dos bens indica intuito comercial. Trata-se de 17 calças, 3 bermudas e 1 saia. Os bens seguiam com papéis que estipulam códigos de cada item e preços, constando no cabeçalho a expressão “Segue relação de mercadoria conforme pedido”.

No Auto de Infração, foi indicado o art. 39, I, “d”, do RICMS/97 como um dos dispositivos em que se fundamenta a autuação. O citado art. 39 prevê as situações em que é legalmente admissível atribuir-se a responsabilidade pelo imposto aos transportadores em relação a operações efetuadas por terceiros. O dispositivo regulamentar supramencionado corresponde ao art. 6º, III, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Uma pessoa, física ou jurídica, pode ser obrigada a pagar tributos de sua própria responsabilidade ou de responsabilidade direta de outrem. Quando alguém paga tributos de sua responsabilidade própria, por ter realizado o fato gerador, diz-se que essa pessoa é contribuinte. Por outro lado, quando alguém é levado, nos termos da lei, a pagar tributo devido por outra pessoa, assume a condição de responsável.

Interessa aqui a análise da chamada responsabilidade solidária. No tocante ao ICMS, a Lei nº 7.014/96 cuida dessa modalidade de responsabilidade no art. 6º, que prevê:

“Art. 6º. São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito:

.....

III - os transportadores em relação às mercadorias:

.....

d) que conduzirem sem documentação fiscal comprobatória de sua procedência ou destino, ou acompanhadas de documentação fiscal inidônea;”

Examinando o Termo de Apreensão, observo que a ação fiscal foi efetuada no posto fiscal do aeroporto de Salvador. As mercadorias estavam desacompanhadas de documentação fiscal. Mercadorias em trânsito desacompanhadas de documentos fiscais consideram-se postas em circulação neste Estado. A lei, nesta situação, atribui ao transportador a responsabilidade pelo imposto, por solidariedade. Está caracterizada a infração.

A multa aplicada tem previsão em lei. Não se trata de descumprimento de obrigação acessória, pois a pena neste caso está sendo aplicada em função do inadimplemento da obrigação tributária principal.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **301589.0246/02-0**, lavrado contra **VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S.A.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no

valor de R\$ 201,27, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inciso IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de fevereiro de 2003.

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR